



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**  
**Rua do Acre nº 80 – sala 604 – Centro/Rio Janeiro – CEP: 20081-000**  
**Telefone/Fax: 2282-8682 / 2282-8016**

## **E D I T A L**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 127/2017** **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Proc. nº TRF2-EOF-2017/00252

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2017/345 de 13.09.2017, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por LOTE**, realizado por meio da *internet*, no *site* **www.comprasnet.gov.br**. O certame será regido pelas disposições da Lei 10.520/02, dos Decretos 7.892/13 e 5.450/05, da Lei 8.666/93, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

#### **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**Data: 07 de dezembro de 2017**

**Horário (de Brasília): 11h30**

**Local: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**

Fazem parte deste Edital:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Formulário de Solicitação de Fornecimento;
- Anexo III - Declaração de acordo com o artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções 9 e 229 de 22/06/2016 do CNJ.
- Anexo IV – Termo de Ciência;
- Anexo V – Termo de Compromisso;
- Anexo VI - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VII - Minuta de Contrato Administrativo.



## **1 - OBJETO**

- 1.1 - Constitui objeto do presente processo licitatório o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de switches, licenças e suporte para ampliação da infraestrutura da rede SAN (Storage Area Network) que atende ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES) com garantia e assistência técnica no local ("on-site") pelo prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses. - Anexo I deste edital.
- 1.2 - O objeto desta licitação é composto por 03 (três) LOTES que poderão ser adjudicados a mais de uma licitante.
- 1.3 - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES
- 1.3.1 - Órgão Gerenciador: Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
- 1.3.2 - Órgão Participante: Justiça Federal de 1º Grau - Seção Judiciária do Espírito Santo.

## **2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES**

- 2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, através do [site: www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- 2.1.1 - A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.
- 2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.
- 2.3 - Não poderão participar:
- 2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;
- 2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;
- 2.3.4 - Empresas que estejam reunidas em consórcio;



- 2.3.5 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 2.3.6 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
- 2.3.7 - Empresas proibidas de contratar com o poder público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 12.120/2009, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016;
- 2.3.8 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.
- 2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/98.
- 2.3.10 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.
- 2.4 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.
- 2.5 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabela de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias.
  - 2.5.1 - Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.6 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:
  - 2.6.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
  - 2.6.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **3 - DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site **www.comprasnet.gov.br**. (art. 3º do Decreto 5450/05).



- 3.1.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).
- 3.1.2 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).
- 3.1.3 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.1.4 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).

#### **4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente envio da proposta de preços no **VALOR TOTAL DO LOTE COTADO**, conforme modelo de planilha, constante do Anexo I, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet**, contendo as **especificações** detalhadas do objeto ofertado.
- 4.3 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



**5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:** A Proposta de Preços deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante e a indicação da pessoa legalmente habilitada a **assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato Administrativo**, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.4 - **Preços unitário e total do LOTE cotado** (deverão ser cotados com apenas duas casas decimais, sendo as demais desprezadas), em algarismo e por extenso, em moeda nacional, conforme Planilha de Especificações e Formação de Preços, constante do Anexo I deste edital;
  - 5.4.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao **fornecimento/serviços** deverão estar incluídas no preço proposto;
- 5.5 - Descrição detalhada dos **switches e licenças**, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I, bem como a MARCA OFERTADA e MODELO (se houver);
- 5.6 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da abertura sessão pública deste pregão eletrônico;
- 5.7 - **Prazo de entrega dos equipamentos**, conforme item 5 do Anexo I, que deverá ser de, no máximo, 60 (*sessenta*) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.
- 5.8 - **Prazo de instalação**, conforme item 5 do Anexo I, que deverá ser de, no máximo, 10 (*dez*) dias, após a entrega dos equipamentos.
- 5.9 - **Prazo de validade da Ata de Registro de Preços**: 12 (*doze*) meses, contados da data de sua assinatura;
- 5.10 - **Prazo de garantia on-site dos equipamentos fornecidos**, que será de, no mínimo, 36 (*trinta e seis*) meses, contado a partir da data do Recebimento Definitivo, de que trata o item 15 do edital.
- 5.11 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.6 a 5.10, considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.



- 5.12 - **Declaração de que a proposta atende a todos os prazos**, requisitos e especificações técnicas estabelecidos neste edital;
- 5.13 - **Declaração de que o serviço de assistência técnica será contratado pelo licitante junto ao fabricante ou distribuidor** da solução ofertada, para todo o material e equipamentos fornecidos durante o prazo de vigência do serviço de assistência técnica;
- 5.14 - **Relatório com a descrição detalhada dos códigos do fabricante** (número de modelo e part-number) e da quantidade de todos os itens ofertados em atendimento ao objeto;
- 5.16 - **Documentação técnica para cada item da planilha de preços** que comprove o atendimento às especificações técnicas estabelecidas neste Anexo;
- 5.17 - Documentação complementar, **se requisitada pela equipe técnica do Contratante, tais como catálogos**, manuais, página impressa do site do fabricante na Internet, laudos da ABNT ou de outra entidade técnica pertinente ou quaisquer outros documentos que comprovem o atendimento às especificações técnicas estabelecidas no Anexo I.
- 5.18 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado e enviada, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet, ou do e-mail [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 2282-8016 ou 2282-8682.
- 5.18.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.
- 5.19 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.20 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.21 - No caso de haver divergência entre a descrição do código **do produto/serviço** no COMPRASNET e o disposto no **Anexo I – Termo de Referência**, a licitante deverá obedecer a este último.

5.22 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.22.1 - contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação;

5.22.2 - não atenderem às exigências deste Pregão;

## 6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRF2ª Região ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.6 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis;

6.7 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da intimação.

6.8 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, salvo mediante a ocorrência das hipóteses previstas pelo artigo 17 do Decreto nº 7.892/2013.

## 7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor TOTAL DO LOTE**, que estiver cotando, conforme modelo de planilha, sob pena de desclassificação da mesma.



- 7.3 - Os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.
- 7.5 - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.7 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
  - 7.7.1 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, quando for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
  - 7.7.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
  - 7.8.1 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- 7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto nº 5.450/05.
- 7.10 - Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada.
  - 7.10.1 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem 7.10 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.





## 8 - DO PROCEDIMENTO

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com o requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **menor valor TOTAL DO LOTE**, conforme modelo de planilha, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.
- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (*cinco por cento*) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, aplicam-se as regras de preferência previstas no artigo 5º do Decreto nº 7.174/2010, com a classificação das licitantes cujas propostas finais estejam situadas entre 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, para a comprovação e o exercício do direito de preferência.
- 8.5.1 - Convocam-se as licitantes para exercício do direito de preferência, obedecidas as regras dispostas nos incisos III e IV do artigo 8º do Decreto nº 7.174/2010.
- 8.6 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;



- 8.7 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste edital.
- 8.8 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **menor valor TOTAL DO LOTE conforme modelo de planilha**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.9 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.10 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.11 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes **atender às** solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.12 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

## **9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;
  - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.



- 9.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº8429/92.
- 9.1.2 - Constatada existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

## 9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.
- 9.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

## 9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 9.3.2 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014), *alterada pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014 e 1400/2015*;
- 9.3.3 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
- 9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;
- 9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;
- 9.3.6 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
- 9.3.7 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
- 9.3.8 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via e-mail, a documentação atualizada, quando solicitada pelo pregoeiro.
- 9.3.9 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.6.

- 9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:



- 9.4.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.
- 9.4.2 - **Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;**
- 9.4.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
- 9.4.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente.
- 9.4.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 – SLTI, de 16 de setembro de 2009.

## **9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- 9.5.1 - Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;
  - 9.5.3.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificado, em nome da licitante, relativo ao fornecimento de pelo menos 50% da quantidade de equipamentos solicitada para cada LOTE, constante do Anexo I, com características similares ou superiores às aquelas exigidas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.
- 9.6 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova.
- 9.7 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 9.8 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 5 (*cinco*) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
  - 9.8.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.8, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, ou propor a revogação deste Pregão.

9.9 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos para o endereço eletrônico [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br) ou via fac-símile, para o número (21) 2282-8682 ou 2282 - 8016 no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.9.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do Pregoeiro, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região - *Coordenadoria de Licitação – COLICI* - Rua Acre, nº 80, sala 604 - CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – **Pregão nº 127/2017**.

**10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - As despesas decorrentes do fornecimento objeto deste Registro de Preços **correrão** à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF-2ªRG, na época da realização da despesa.

## **11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO**

11.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas na "*homepage*" do Tribunal: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção "*transparência pública / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento*", e no site: [www.comprasnet.jus.br](http://www.comprasnet.jus.br), na opção "*visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos*", ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, por fax ou através do e-mail [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), até 3 (*três*) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h. Os FAX/telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

11.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.

11.4 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

11.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.



## 12 - DOS RECURSOS

- 12.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 12.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada da licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 12.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 12.4 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 12.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.5.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

## 13 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 13.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para assinar a **Ata de Registro de Preços e o Contrato Administrativo** constantes dos Anexos VI e VII, respectivamente, deste edital, podendo, posteriormente, ser convocada para retirar nota de empenho, preferencialmente junto à **Divisão de Contratos**, na Rua Dom Gerardo nº 46 - 12º andar, no horário de 12:00 às 17:00 horas.



- 13.2 - A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (*uma*) única vez a critério do TRF, **sob pena de decair do direito a ter o seu preço registrado**, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.
- 13.3 - No ato da assinatura da **Ata de Registro de Preços e do Contrato Administrativo**, será comprovada, mediante consulta *on line*, a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e da **CNDT**, **regularidade que** deverá ser mantida pela licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços, cuja **validade é de 12 (doze) meses** contados da data de sua assinatura.
- 13.4 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a ata dentro de prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.
- 13.5 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o instrumento contratual, ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os materiais/prestar os serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.
- 13.6 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.
- 13.7 - Desde que atendidos os pressupostos dos artigos 11 e 26 do Decreto nº 7.892/13, será incluído na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos da licitante mais bem classificada; segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.
- 13.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça.





13.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo III do presente Edital, a qual será entregue quando da entrega dos produtos.

### 13.9 – DA GARANTIA CONTRATUAL

13.9.1 - A CONTRATADA deverá apresentar à Administração do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de entrega da via assinada do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

13.9.2. - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.9.2.1. - Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

13.9.2.2. - Multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA;

13.9.2.3. - Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

13.9.2.4 - Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

13.9.3. - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

13.9.4. - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

13.9.4.1. - O bloqueio efetuado com base no **item 13.9** desta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA;

13.9.4.2. - A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no **item 13.9** desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

13.9.4.3. - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

13.9.5. - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRF2 com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.



13.9.6. - Será considerada extinta a garantia:

13.9.6.1. - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

13.9.6.2. - Com a extinção do contrato.

13.9.7. - Isenção de responsabilidade da garantia:

13.9.7.1. - O TRF não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

13.9.7.1.1. - Caso fortuito ou força maior;

13.9.7.1.2. - Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

13.9.7.1.3. - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

13.9.7.1.4. - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

13.9.7.2. - Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens 13.9.7.1.3 e 13.9.7.1.4 desta cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo TRF2.

## **14 - DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1 - O Tribunal Regional Federal da 2ª Região é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

14.2 - O fornecedor registrado terá seu registro cancelado quando:

14.2.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.2.2 - Não assinar o termo de contrato ou retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.2.3 - Não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

14.2.4 - Houver razões de interesse público, **devidamente comprovadas e justificadas**;



14.2.5 - Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

14.2.6 – **Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93 ou no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;**

14.2.7- O cancelamento do Registro de Preços, nas hipóteses previstas e após assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

## **15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

15.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 73 da Lei nº 8.666/93, modificada pela Lei nº 8.883/94, c/c a IN SLTI nº 04/2014, o objeto da presente licitação será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte maneira:

15.1.1 - **Provisoriamente - pelo fiscal técnico**, mencionado no subitem 15.7, imediatamente depois de efetuada a entrega dos equipamentos e licenças e, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações do Pregão;

15.1.2 - **Definitivamente – Pelo gestor do contrato e pelo fiscal requisitante**, mencionados no item 15.5, depois de concluída a vistoria e encerrado o prazo de observação, que não poderá exceder 10 (dez) dias, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação;

15.2 - Após a instalação do hardware pela Contratada, o Contratante, com o apoio de técnico(s) da Licitante Contratada, efetuará testes nos equipamentos, objetivando verificar sua conformidade com as especificações deste Termo de Referência, bem como aferir a sua perfeita operação;

15.3 - Constatada divergência entre a especificação técnica constante neste Termo de Referência ou qualquer defeito de operação ou avaria causada pelo transporte, os equipamentos serão recusados, ficando a Contratada obrigada a providenciar a correção do(s) equipamento(s) recusado(s) em até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do dia seguinte à notificação da ocorrência por parte do Contratante. Nestes casos o prazo para emissão do Termo de Recebimento Definitivo ficará suspenso até a data em que o problema for sanado pela Contratada;

15.4 - O(s) referido(s) Documento(s) Fiscal(is) dos serviços de suporte, será(ão) considerado(s) apto(s) para atesto definitivo somente após o consumo do total de horas, e desde que, não existam outras pendências que impeçam a liberação do(s) mesmo(s) para encaminhamento à rotina de pagamento;



- 15.5 - O(s) referido(s) Documento(s) Fiscal(is) dos serviços de treinamento, será(ão) considerado(s) apto(s) para atesto definitivo somente após a conclusão do treinamento devidamente aprovado pelo Contratante, e desde que, não existam outras pendências que impeçam a liberação do(s) mesmo(s) para encaminhamento à rotina de pagamento;
- 15.6 - Os Termos de recebimento serão emitidos pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.
- 15.7 - Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SLTI/MP nº 4, de 11/09/2014 e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.
- 15.8 - A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 15.9 - O Contratante designará, além de **01 (um) servidor como gestor do Contrato, a Equipe de Gerenciamento da Contratação, formada por 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo**, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.
- 15.10 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF2 as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei n.º 8.078/90.

## 16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 16.1 - O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, licenças e prestação de serviços, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, devidamente atestado pelo gestor do Contrato em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal para valor inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), ou em até 10 (dez) dias úteis, para valor superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a contar do atesto do documento fiscal, apostado pelo gestor do Contrato;



- 16.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;
- 16.1.2 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 16.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na **Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos** deste Tribunal, localizada na Rua Dom Gerardo, n.46, 12º andar, no horário das 12:00 às 17:00 e **também deverá ser enviado concomitantemente aos e-mails [scon@trf2.jus.br](mailto:scon@trf2.jus.br)**;
- 16.3 - As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;
- 16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, [a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, alterada pela Instrução Normativa nº1.540/2015 de 05/01/2015](#);
- 16.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (**Acórdão 964/2012-Plenário-TCU**);
- 16.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;
- 16.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido ao contratado para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 16.7 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- 16.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.7, a contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.



## **17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 17.1 - A Contratada será responsável por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado;
- 17.2 - A Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;
- 17.3 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei e neste Termo de Referência;
- 17.4 - Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções no objeto entregue, a Contratada será notificada e obrigada a efetuar as correções necessárias, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus para o Contratante;
- 17.5 - Essa notificação interrompe os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada e ratificada por meio de relatório de aceite;
- 17.6 - Seguir as instruções e observações efetuadas pelo Gestor do Contrato, bem como reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 17.7 - Reportar formal e imediatamente ao Gestor do Contrato quaisquer problemas, anormalidades, erros e irregularidades que possam comprometer a execução do(s) serviço(s);
- 17.8 - Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante todo o Contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação de penalidades previstas, caso os prazos, indicadores e condições não sejam cumpridas;
- 17.9 - Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócio, documentos, entre outros.
- 17.10 O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;
- 17.11 A CONTRATADA deverá implantar a solução adquirida sem gerar interrupções na rede pré-existente;



- 17.12 As especificações descritas ao longo do Termo de Referência representam os requisitos essenciais exigidos pela CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA fornecer todos os componentes de hardware e software necessários para que elas sejam atendidas, sem exceção;
- 17.13 A CONTRATADA poderá fornecer itens com características adicionais e até mesmo superiores, desde que não haja prejuízo de qualquer das funcionalidades especificadas e se mantenha a compatibilidade da solução. Tal mudança deverá ser solicitada à CONTRATANTE e deverá contar com a anuência da mesma;
- 17.14 O fornecimento de qualquer material adicional (cabo, conector, transceiver, conversor etc) necessário ao funcionamento de quaisquer dos itens adquiridos, não vislumbrados no Termo de Referência, será de responsabilidade da CONTRATADA;
- 17.15 O transporte dos equipamentos até o local de entrega deverá ser realizado pela CONTRATADA, incluindo procedimentos de seguro, embalagem e transporte até o local especificado;
- 17.16 A CONTRATADA deve arcar com todas as despesas com deslocamento, alimentação e estadia para realização dos serviços (on-site) na sede do CONTRATANTE;
- 17.17 A CONTRATADA deverá utilizar na prestação dos serviços, profissionais qualificados e com certificação técnica emitida pelo fabricante dos equipamentos ofertados, capaz de prestar suporte de primeiro nível no ambiente e capaz de escalar os chamados ao fabricante, quando necessário;
- 17.18 Quando for aplicável a instalação poderá ser realizada pelo próprio fabricante do equipamento, sem ônus para a CONTRATANTE e sob coordenação da CONTRATADA, sem eximi-la das suas responsabilidades contratuais;

## **18 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 18.1 - Prestar, por meio de seu Gestor do Contrato, as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto da contratação que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 18.2 - Registrar os incidentes e problemas ocorridos durante a execução do Contrato;
- 18.3 - Comunicar oficialmente à Contratada sobre quaisquer falhas verificadas na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais;
- 18.4 - Efetuar o pagamento devido após o recebimento definitivo do objeto;
- 18.5 - Proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a Contratada possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;



- 18.6 - Exercer permanente fiscalização na execução do contrato, registrando as ocorrências relacionadas com a execução do objeto e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados;
- 18.7 - Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir acesso aos profissionais ou representantes da Contratada às dependências, aos equipamentos e aos sistemas de informação do Contratante relacionados à execução;
- 18.8 - Assegurar o acesso às suas dependências dos profissionais incumbidos de prestar o serviço contratado, desde que se apresentem devidamente identificados, respeitadas as normas internas (segurança, disciplina) do CONTRATANTE;
- 18.9 - Manter a CONTRATADA atualizada sobre os padrões de instalação, operação, configuração, segurança tecnológica e segurança da informação adotada no âmbito do contratante, a fim de que seu pessoal técnico esteja sempre habilitado à execução dos serviços contratados;
- 18.10 - Recusar o recebimento do hardware, material ou serviço que não estiver em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA;

## **19 - DAS SANÇÕES**

- 19.1 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:
  - 19.1.1. apresentar documentação falsa;
  - 19.1.2. fraudar a execução do contrato;
  - 19.1.3. comportar-se de modo inidôneo;
  - 19.1.4. cometer fraude fiscal;
  - 19.1.5. fizer declaração falsa;
  - 19.1.6. não assinar o contrato no prazo estabelecido;
  - 19.1.7. não manter a proposta.
- 19.2 - Para os fins do item 19.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.





19.3 - Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens "19.4", "19.5", "19.6" e "19.8", com as seguintes penalidades:

19.3.1. advertência;

19.3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), por prazo não superior a dois anos;

19.3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

19.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

19.4 - No caso de inexecução parcial do objeto, a CONTRATADA fica sujeita à aplicação de multa de até 20% do valor do contrato.

19.5 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

19.6 - Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONTRATADA:

19.6.1. deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço; ou

19.6.2. deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

19.7 - No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens 19.6.1 e 19.6.2 acima, a contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% do contrato.

19.8 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais da Contratada especificadas no edital e Termo de Referência, a Contratada, caso não sejam acatadas suas justificativas, estará sujeita à penalidade de multa entre 0,1% e 0,5% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitado ao percentual máximo de 2% se descumprido mais de um item obrigatório concomitantemente;





19.9 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA:

19.9.1 - Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, **caso esta tenha sido exigida**.

19.9.2 - Se os valores das faturas e da garantia, **se exigida**, forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

19.9.3 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

19.9.4 - Caso o valor da garantia, **se exigida**, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.

19.10 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

19.11 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017;

19.12 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à contratada, na forma da lei;

19.13 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.14 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no §1º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

## 20 - DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:



20.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos *sites*: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção **"transparência pública / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento"**, e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), opção **"visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos/ Avisos"**, e comunicando às firmas, com a antecedência mínima de 24 (*vinte e quatro*) horas da data inicialmente marcada;

20.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;

20.1.3 - Alterar, **dando ciência aos interessados**, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

20.2 - O contrato decorrente do presente Registro de Preços poderá ser alterado, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

20.3 - Eventuais supressões realizadas nos termos do subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

20.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;

20.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2017.

Francisco Luís Duarte  
Pregoeiro

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 127/2017**  
**PROCESSO TRF2-EOF-2017/00252**  
**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1- DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1 - Constitui objeto do presente processo licitatório o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de switches, licenças e suporte para ampliação da infraestrutura da rede SAN (Storage Area Network) que atende ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES) com garantia e assistência técnica no local ("on-site") pelo prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses.

**DO ÓRGÃO GERENCIADOR:**

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CNPJ: 32.243.347/0001-51

Rua Acre, 80, Bairro: Centro - CEP: 20.081-000 – Rio de Janeiro - RJ.

Site: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br).

**DO ÓRGÃO PARTICIPANTE:**

JUSTIÇA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ: 05.424.467/0001-82

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877

Bairro: Monte Belo - CEP: 29.053-245 – Vitória - ES.

Site: [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br).

**2. DO MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS**

Lote	Item	Discriminação	Qtd. Mínima		Qtd. Máxima			Custo Estimado Unit (R\$)	Custo Estimado Total (R\$)
			TRF	SJES	TRF	SJES	TOTAL		
1	1.1	Switch SAN modelo 48 portas	2	1	12	06	18	287.922,50	5.182.605,00



	1.2	Suporte de 30 horas, para serviços de planejamento, configuração e execução da integração dos switches à rede SAN atual, envolvendo todas as conexões lógicas e físicas; testes; implementações, configurações; atualizações, remoções; remanejamentos e quaisquer outras atividades necessárias ao bom funcionamento da rede SAN.	01	1	06	02	08	8.513,60	68.108,80
		<b>VALOR TOTAL DO LOTE 01</b>							5.250.713,80
2	2.1	Switch SAN modelo 96 portas	02	1	02	02	04	1.097.772,20	4.391.088,80
	2.2	Suporte de 60 horas, para serviços de planejamento, configuração e execução da integração dos switches à rede SAN atual, envolvendo todas as conexões lógicas e físicas; testes; implementações, configurações; atualizações, remoções; remanejamentos e quaisquer outras atividades necessárias ao bom funcionamento da rede SAN.	01	1	01	02	03	16.102,93	48.308,79
	2.3	Treinamento	01		01		01	103.861,79	103.861,79
		<b>VALOR TOTAL DO LOTE 02</b>							4.543.259,38
3	3.1	Expansão de 8 portas para switch SAN	02		02		02	27.998,98	55.997,96
		<b>VALOR TOTAL DO LOTE 03</b>							55.997,96

### 3 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

- 3.1 **Item 1.1 - Switch SAN modelo 48 portas** Deverá possuir dimensões compatíveis para instalação em rack de 19" (dezenove polegadas);
- 3.1.2 Deverá possuir altura máxima de 1U (uma unidade de rack);
  - 3.1.3 Deverá ser novo e de primeiro uso, em linha de produção e comercialização;
  - 3.1.4 Deverá ser do mesmo modelo e mesma versão de firmware; quando do fornecimento em quantidade acima de uma unidade;
  - 3.1.5 Deverá possuir LEDs para a indicação do status das portas e atividade;
  - 3.1.6 Deverá possuir serigrafia com a numeração das portas ao lado dos respectivos LED de indicação de status das portas e atividade;
  - 3.1.7 Deverá ser totalmente compatíveis com os outros itens da planilha de preços;
  - 3.1.8 Deverá possuir sistema de ventilação *Front-to-Back airflow*, ou seja, com fluxo de ar entrando pela frontal (onde se localizam as portas de conexão) do equipamento e saindo pela parte traseira;
  - 3.1.9 O sistema de ventilação deverá possuir componentes redundantes, que permitam a substituição de um componente defeituoso sem causar interrupção ou qualquer outro prejuízo ao perfeito funcionamento do switch na sua utilização máxima (todas as portas ativas);
  - 3.1.10 Cada switch deverá possuir fontes de alimentação redundantes com seleção automática de tensão, que operem tanto em 110 (cento e dez) quanto em 220 VAC (duzentos e vinte volts em corrente alternada), na frequência de 50 a 60 Hz (cinquenta a sessenta hertz), com tolerância de pelo menos 10% (dez por cento), e em circuitos elétricos distintos;
  - 3.1.11 O conjunto de fontes de alimentação deverá permitir a substituição de uma fonte defeituosa sem causar interrupção ou qualquer outro prejuízo ao perfeito funcionamento do switch na sua utilização máxima (todas as portas ativas);
  - 3.1.12 Cada switch deverá ser fornecido com 2 cabos de energia obedecendo ao padrão NBR 14136 com, no mínimo, 3 metros de comprimento;
  - 3.1.13 Deverá ser disponibilizado com todos os cabos, conectores, parafusos, trilhos, suportes e demais componentes e acessórios necessários para seu perfeito acondicionamento, funcionamento, instalação em rack de 19" e interligação a dispositivos externos;
  - 3.1.14 Deverá possuir 48 (quarenta e oito) portas FC capazes de suportar largura de banda dedicada de 16Gbps (dezesseis gigabits por segundo) em cada porta utilizando conectores LC;
  - 3.1.15 Todas as 48 (quarenta e oito) portas deverão estar completamente habilitadas e licenciadas, em modo perpétuo, para pleno uso;
  - 3.1.16 Deverão ser fornecidos, já instalados no switch, 48 (quarenta e oito) Transceivers SFP + ([small form-factor pluggable transceiver](#)) de 16Gbps (auto-sensing de 4, 8 ou 16Gbps), com conectores LC (Lucent Connector), do tipo Short-Wave de 850nm, hot-pluggable, que suporte distâncias de, no mínimo, 100m;
  - 3.1.17 Deverá suportar negociação automática de velocidade em todas as portas, podendo cada uma delas operar a 4, 8 ou 16Gbps (quatro, oito ou dezesseis gigabits por segundo);
  - 3.1.18 O switch deverá suportar a troca (remoção e inserção) de qualquer transceiver de forma online;
  - 3.1.19 Deverá ser fornecida 1 unidade de ferramenta para extração de conectores LC (LC Connector Remove Tool ou LC Extraction Tool), para cada switch, de modo a permitir



- a retirada de uma fibra óptica conectada ao switch de forma segura, sem causar dano à fibra, ao transceiver ou ao switch;
- 3.1.20 Deverá suportar portas do U\_Port (universal port) com detecção e funcionamento automático como E\_Port, EX\_Port, F\_Port e M\_Port (mirror port), em todas as portas;
- 3.1.21 Deverá possuir configuração de CPU e memória (RAM e Flash) suficiente para a implantação de todas as funcionalidades descritas nesta especificação na situação de uso de todas as portas a 16Gbps;
- 3.1.22 Deverá suportar largura de banda agregada de, no mínimo, 700Gbps (setecentos gigabits por segundo) em modo full duplex;
- 3.1.23 Deverá ser compatível com os padrões FibreChannel FC-SW-4, FC-AL-2, FC-FLA, FC-GS-5, FCPLDA e FC-TAPE;
- 3.1.24 Deverá permitir o estabelecimento de ISL (Inter-Switch Links) de uma porta entre switches distintos;
- 3.1.25 Deverá permitir o estabelecimento de ISL trunks de, no mínimo, 4 (quatro) ISLs entre switches distintos, utilizando quaisquer portas disponíveis. Essa funcionalidade deverá estar plenamente disponível para uso, devendo ser fornecido todas as licenças e recursos necessários para tal;
- 3.1.26 Deverá ser compatível com fibras ópticas do tipo multimodo ISO/IEC 11801 OM2, OM3 e OM4;
- 3.1.27 Deverá suportar Port Zoning e WWN Zoning;
- 3.1.28 Deverá ser compatível com fibras ópticas do tipo mono-modo ISO/IEC 11801 OS1 e ISO/IEC 24702 OS2
- 3.1.29 Deverá suportar, no mínimo, as seguintes classes de serviço: Class2, Class 3 e Class F (frames entre switches);
- 3.1.30 Deverá suportar as seguintes funcionalidades de "fabric services": SimpleNameServer (SNS); RegisteredStateChangeNotification (RSCN); Dynamic Path Selection(DPS); Advanced Zoning(default Zoning, port/WWN Zoning, Broadcast zoning); ReliableCommit Service(RCS); NPIV; N\_port Trunking; Advanced Performance Monitoring; Fibre Channel Routing(FCR); Integrated Routing; End-to-End Performance Monitoring; Fabric Watch, Extended Fabrics e BB credit recovery;
- 3.1.31 Deverá suportar a utilização de mecanismos de QoS;
- 3.1.32 Suportar o protocolo NTP (Network Time Protocol) em IPv4, para a sincronização do relógio interno com outros dispositivos de rede, garantindo a alta efetividade e segurança na troca de mensagens com os servidores de tempo;
- 3.1.33 Todos os recursos (hardwares e softwares) e licenças necessários para o perfeito funcionamento do switch, com todas as funcionalidades requeridas neste edital, deverão ser fornecidos e estar disponíveis, em caráter permanente, não dependendo de nenhuma ativação, licença, módulo, expansão, ou pacote adicionais.
- 3.1.34 Deve permitir o espelhamento do tráfego total de uma porta e de um grupo de portas para outra porta localizada no mesmo switch e em outro switch do mesmo tipo conectado à mesma rede;
- 3.1.35 Permitir o armazenamento de sua configuração em memória não volátil, podendo, numa queda e posterior restabelecimento da alimentação, voltar à operação normalmente na mesma configuração anterior à queda de alimentação;
- 3.1.36 Deve possuir interface USB para manipulação de arquivos com firmware ou configuração localmente;
- 3.1.37 Deve permitir o envio de mensagens geradas pelo sistema em servidor externo (syslog), indicando a hora exata do acontecimento;
- 3.1.38 Gerenciamento do switch:

- 3.1.38.1 O switch deverá ser suportado, controlado e monitorado pelo software de gerenciamento Brocade Network Advisor versão 14.0.1 do fabricante Brocade, usado para configuração e monitoramento da rede SAN. Caso não seja suportado, deverá ser fornecido, sem custo, software de gerência que suporte o switch a ser fornecido, assim como todos os outros switches do Contratante, com licenciamento de uso permanente e com todas as funcionalidades e recursos presentes no atual software em uso pelo Contratante;
- 3.1.38.2 Deverá possuir LEDs para a indicação do status das portas e atividade;
- 3.1.38.3 Deverá suportar os padrões abertos de gerenciamento de rede SNMPv1 ou SNMPv2, e SNMPv3, para IPv4, incluindo a geração de traps;
- 3.1.38.4 Implementar a MIB privativa que forneça informações relativas ao funcionamento do equipamento;
- 3.1.38.5 Possuir descrição completa da MIB implementada no equipamento, inclusive a extensão privativa;
- 3.1.38.6 Possibilitar a obtenção da configuração do equipamento através do protocolo SNMP;
- 3.1.38.7 Possibilitar a obtenção via SNMP de informações de capacidade e desempenho da CPU, memória e portas;
- 3.1.38.8 Permitir o controle da geração de traps por porta, possibilitando restringir a geração de traps a portas específicas;
- 3.1.38.9 Permitir a verificação de alarmes e eventos em separado;
- 3.1.38.10 Suportar gerenciamento gráfico via Web que permita operações básicas e avançadas de configuração, administração, monitoramento, performance e manutenção do switch;
- 3.1.38.11 Suportar gerenciamento por linha de comando (command-line interface (CLI));
- 3.1.38.12 Possuir 1 (uma) porta 100BASE-T ou 1000BASE-T, com conector RJ-45, para gerência do equipamento. Esta porta será conectada na rede de gerência e o switch deverá permitir a configuração de endereço IP próprio para gerenciamento;
- 3.1.38.13 Implementar Telnet e/ou SSH para acesso à interface de linha de comando;
- 3.1.38.14 Possuir ferramentas para depuração e gerenciamento em primeiro nível, tais como debug, trace, log de eventos;
- 3.1.38.15 Gerenciamento e configuração de interfaces e agregação de portas;
- 3.1.38.16 Permitir a geração local de relatório com toda a configuração do dispositivo;
- 3.1.38.17 Permitir o gerenciamento local de licenças;
- 3.1.38.18 Permitir o archive de configurações;
- 3.1.38.19 Realizar inventário das interfaces e sensores;
- 3.1.38.20 Monitorar a saúde do dispositivo (status das ventoinhas, das fontes de alimentação, da temperatura, etc.) e de suas interfaces, bem como sua disponibilidade;
- 3.1.38.21 Indicar quantidades de perdas de sinal, de sincronismo, de falha de link, de frames enviados e recebidos, de erros de protocolo, de endereçamento, de MegaBytes enviados e recebidos, de potência de transmissão e recepção dos transceivers SFP+ e suas temperaturas;
- 3.1.38.22 Todas as configurações e monitoramentos deverão ser suportados em módulos de supervisão locais ou remotos;
- 3.1.39 Segurança:
  - 3.1.39.1 Implementar mecanismo de autenticação para acesso local ou remoto ao equipamento para, no mínimo, 3(três) usuários.





3.1.39.2 Proteger a interface de comando e gerência do equipamento através de usuário e senha;

3.1.39.3 Permitir controlar quais comandos os usuários ou grupos de usuários podem executar;

### **3.2 Item 2.1 - Switch SAN modelo 96 portas**

- 3.2.1 Deverá possuir altura máxima de 2U (duas unidades de rack);
- 3.2.2 Deverá possuir 96 (noventa e seis) portas FC capazes de suportar largura de banda dedicada de 16 Gbps (dezesesseis gigabits por segundo) em cada porta utilizando conectores LC;
- 3.2.3 Todas as 96 (noventa e seis) portas deverão estar completamente habilitadas e licenciadas, em modo perpétuo, para pleno uso;
- 3.2.4 Deverão ser fornecidos, já instalados no switch, 96 (noventa e seis) Transceivers SFP+ ([small form-factor pluggable transceiver](#)) de 16Gbps (auto-sensing de 4, 8 ou 16Gbps), com conectores LC (Lucent Connector), do tipo Short-Wave de 850nm, hot-pluggable, que suporte distâncias de, no mínimo, 100m;
- 3.2.5 Deverão ser fornecidos, adicionalmente, 4 (quatro) Transceivers SFP+ ([small form-factor pluggable transceiver](#)) de 16Gbps, com conectores LC (Lucent Connector), do tipo long-wave de 1310nm, hot-pluggable, capazes de manter conexões em distâncias de, no mínimo, 10 Km (dez quilômetros);
- 3.2.6 Deverá suportar largura de banda agregada de, no mínimo, 1500 Gbps (mil e quinhentos gigabits por segundo) em modo full duplex;
- 3.2.7 Deverá permitir o estabelecimento de ISL trunks de, no mínimo, 8 (oito) ISLs entre switches distintos, utilizando quaisquer portas disponíveis. Essa funcionalidade deverá estar plenamente disponível para uso, devendo ser fornecido todas as licenças e recursos necessários para tal;
- 3.2.8 Todos os itens especificados para o switch SAN modelo de 48 portas (itens de 2 a 3.1.39.3) também se aplicam à este modelo de 96 portas e deverão ser atendidos obrigatoriamente, com exceção dos itens 3.1.2; 3.1.14; 3.1.15; 3.1.16; 3.1.22 e 3.1.25

### **3.3 Itens 1.2 e 2.2 – Suporte de horas**

- 3.3.1 O Suporte de horas envolve os seguintes serviços:
  - 3.3.1.1 Suporte técnico e consultoria para integração dos novos switches à rede SAN atual;
  - 3.3.1.2 Planejamento da integração dos novos switches à rede SAN atual, envolvendo a verificação da compatibilidade de todos os níveis de firmware dos equipamentos atuais e dos novos e as necessidades de alterações, entre outras tarefas necessárias;
  - 3.3.1.3 Cabeamento físico dos switches, envolvendo remanejamento de cabeamento óptico existente e/ou instalação de novos cabos ópticos;
  - 3.3.1.4 Execução de testes para validar o bom funcionamento de qualquer etapa executada pela Contratada a pedido do Contratante;
  - 3.3.1.5 Execução de quaisquer configurações, implementações ou atividades necessárias à plena integração dos novos switches à rede SAN do Contratante, de modo a manter as características de funcionamento desta rede dentro dos critérios determinados pelo Contratante.
  - 3.3.1.6 Suporte técnico, consultoria, planejamento, implementação e configuração da conexão entre os hosts indicados pela Contratante e os novos switches, incluindo instalação de softwares e/ou drivers nos switches ou hosts, atualização de firmwares de switches e/ou hosts, configuração de switches e/ou hosts, configuração de sistemas operacionais dos hosts e outros serviços que forem



necessários a efetivação da conexão dos hosts aos novos switches e aos switches do Contratante que, por ventura, venham a sofrer atualizações necessárias à implementação dos novos switches;

- 3.3.1.7 Suporte técnico, consultoria, planejamento, implementação e configuração de todos os equipamentos envolvidos na rede SAN (Storages, switches e hosts) necessários à interconexão dos novos switches ao ambiente pré-existente;
- 3.3.1.8 Download, instalação e atualização de firmware de todos os equipamentos envolvidos na rede SAN (Storages, switches e hosts) necessários à interconexão dos novos switches ao ambiente pré-existente do Contratante;
- 3.3.1.9 Execução de quaisquer atualizações de firmware ou softwares do Contratante necessários para garantir a compatibilidade e pleno funcionamento dos novos switches à rede SAN atual;
- 3.3.1.10 Eventual substituição de switches do Contratante pelos novos switches, envolvendo a remoção lógica e física do antigo equipamento e o remanejamento de todas as conexões físicas e lógicas existentes para os novos switches;

#### **3.4 - Item 2.3 – Treinamento**

- 3.4.1 A Contratada deverá treinar 03 (três) técnicos da Contratante, no ambiente operacional ofertado (hardware e software) e na operação dos equipamentos;
- 3.4.2 É obrigatório um mínimo de 40 (quarenta) horas de carga horária. Podendo ser dividido em duas etapas (básico ou similar e avançado ou similar);
- 3.4.3 Ao fim do treinamento, ou de cada uma das etapas, deverá ser fornecido certificado de conclusão, onde deverá constar, obrigatoriamente, o nome do participante, o título do treinamento, a carga horária, a data de início, a data do fim do treinamento e o conteúdo programático abordado;
- 3.4.4 O treinamento deverá ser realizado de segunda a sexta;
- 3.4.5 O treinamento deverá ser realizado de forma presencial, na cidade do Rio de Janeiro, conforme calendário a ser fornecido pela Contratada. O calendário, com abrangência mínima de seis meses, deverá ser fornecido no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente a data de assinatura do Contrato;
- 3.4.6 É obrigatório o fornecimento de material escrito (manuais, apostilas, livros) ou eletrônico (arquivo digital);
- 3.4.7 É obrigatório o uso de uma estação de trabalho para cada aluno;
- 3.4.8 A data de início da capacitação será definida pela Contratante de acordo com suas necessidades. A Contratante deverá comunicar a data de início formalmente à Contratada com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias;
- 3.4.9 O treinamento deverá ser ministrado por profissional certificado e/ou autorizado pelo fabricante;
- 3.4.10 A Contratada deverá apresentar em até 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, documento(s) que comprove(m) a certificação e/ou autorização, pelo fabricante do switch, do profissional que ministrará o curso.
- 3.4.11 A ementa do curso, a carga horária, o conteúdo programático da capacitação e os materiais didáticos deverão ser entregues à Contratante em até 30 (trinta) dias contados a partir do primeiro dia útil subsequente a data de assinatura do Contrato para avaliação prévia e aprovação;



- 3.4.12 Caso a ementa do curso, a carga horária, o conteúdo programático, os materiais didáticos ou os instrutores do treinamento, não sejam aprovados, ou exista alguma pendência nos certificados e autorizações exigidos, a Contratada deverá providenciar os ajustes e correções solicitados pelo Contratante, sem que isto venha a justificar qualquer dilação nos prazos, aumento dos custos previstos e alteração dos compromissos assumidos junto ao Contratante;
- 3.4.13 O Contratante avaliará, para fins de recebimento, a qualidade da prestação do serviço de treinamento junto aos participantes, devendo a Contratada providenciar os ajustes e correções necessários, hipótese na qual poderá ser solicitado a refazer o treinamento, caso o objetivo do mesmo não tenha sido alcançado;
- 3.4.14 Todas as despesas com material, equipamentos, licenças de softwares, instrutores, deslocamento de instrutores e demais itens relacionados à oferta do treinamento em si, serão de responsabilidade da Contratada;
- 3.4.15 A abordagem do treinamento deve ser eminentemente prática, utilizando exemplos e exercícios para ilustrar os conceitos e capacitar os participantes a empregar os recursos oferecidos;
- 3.4.16 O treinamento deverá abordar a configuração, operação e administração básica e avançada dos switches, contendo, no mínimo, os seguintes tópicos:
- 3.4.16.1 Utilização de todas as funcionalidades do software de gerenciamento do switch;
  - 3.4.16.2 Requisitos e preparo de ambiente operacional para acesso remoto;
  - 3.4.16.3 Configurações de acesso ao gerenciamento remoto: criação de usuários, integração com o AD, níveis de acesso, etc;
  - 3.4.16.4 Monitoramento da saúde de funcionamento do switch: Ventiladores, fontes, temperatura;
  - 3.4.16.5 Atualização de firmware do switch;
  - 3.4.16.6 Aplicação de licença no switch;
  - 3.4.16.7 Leitura, identificação e significado dos parâmetros de configuração de portas;
  - 3.4.16.8 Configuração de aliais e zoning;
  - 3.4.16.9 Backup e exportação de parâmetros de configuração de zoning;
  - 3.4.16.10 Funcionamento e configuração de ISL/trunk;
  - 3.4.16.11 Monitoramento de performance por porta;
  - 3.4.16.12 Espelhamento de portas;
  - 3.4.16.13 Integração em fabrics;
  - 3.4.16.14 Identificação e tratamento dos principais problemas;
  - 3.4.16.15 Principais comandos em CLI;
  - 3.4.16.16 Principais recursos avançados.
- 3.4.17 A conclusão da capacitação será reconhecida pela Contratante somente se a avaliação da mesma for considerada satisfatória, pelos participantes;
- 3.4.18 Todos os treinamentos deverão ocorrer no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato;
- 3.4.19 A Contratante, na impossibilidade de realização do treinamento presencial, poderá optar por realizar o treinamento online, caso seja oferecido pelo fabricante, desde que:
- 3.4.19.1 A impossibilidade da realização do treinamento presencial se dê por razões apresentadas exclusivamente pela Contratante;

- 3.4.19.2 A carga horária online total seja equivalente ou superior à 40 (quarenta) horas;
- 3.4.19.3 O treinamento online seja ministrado pelo próprio fabricante do switch;
- 3.4.19.4 O treinamento online esteja de acordo com os itens 3.4.1, 3.4.2, 3.4.3, 3.4.4, 3.4.6, 3.4.9, 3.4.11, 3.4.7, 3.4.14, 3.4.15, 3.4.16, 3.4.17, 3.4.18.

### **3.5 Item 3.1 – Expansão de 8 portas para switch SAN**

- 3.5.1 A Contratada deverá fornecer licença para adição de 8 portas aos switches SAN de propriedade da contratante com as seguintes especificações:
  - 3.5.1.1 Fabricante: Brocade;
  - 3.5.1.2 Modelo: DS5100;
  - 3.5.1.3 Fornecido pela EMC,
  - 3.5.1.4 Seriais: BRCALM1952G025 e BRCALM1952G02R
  - 3.5.1.5 Cada switch possui atualmente 32 portas habilitadas e 8 portas físicas disponíveis, mas que requerem licenciamento para efetivo uso;
- 3.5.2 Após a habilitação das licenças, as 16 portas adicionais deverão estar aptas a serem adicionadas aos atuais *fabrics*, a permitirem monitoramento e todas as demais funcionalidades comuns às outras portas dos switches. Quaisquer licenças adicionais necessárias para tais disposições deverão ser incluídas, fornecidas e habilitadas, sem custo adicional.

## **4 DA INSTALAÇÃO**

- 4.1 A instalação consistirá na execução de todas as atividades necessárias à colocação dos equipamentos em funcionamento, obedecendo às características técnicas especificadas e às configurações fornecidas pelo Contratante. Englobam esta operação, dentre outras atividades: a desembalagem dos equipamentos; a movimentação e a fixação dos mesmos nos locais adequados; a ativação e a configuração lógica dos mesmos; as conexões de rede e elétricas solicitadas, todos os materiais ou peças necessários e as atualizações de softwares recomendadas;
- 4.2 A instalação deverá contemplar a movimentação dos componentes físicos da solução (equipamentos), desde os locais de armazenamento até os locais definitivos dentro das instalações do Contratante. A Contratada deverá providenciar a proteção adequada para todos os pisos das instalações do Contratante por onde haverá movimentação dos componentes físicos;
- 4.3 A instalação deverá contemplar a verificação da infraestrutura elétrica e lógica existentes nos locais de instalação;
- 4.4 Todo o processo de instalação deverá ser acompanhado pelos profissionais técnicos do Contratante. A Contratada deverá, neste momento, repassar os conhecimentos de todos os componentes operacionais instalados;
- 4.5 A instalação deverá contemplar todo o hardware componente e acessório da solução;
- 4.6 A instalação dos equipamentos e componentes deverá levar em consideração o ambiente e as instalações existentes (espaço físico, sistema de refrigeração e de fornecimento de energia elétrica, dutos, eletrocalhas, entre outros elementos). Os componentes fornecidos (equipamentos e acessórios) deverão proporcionar condições ideais de funcionamento no que diz respeito à disposição física, evitando problemas de refrigeração e também de acesso físico aos equipamentos, e mantendo as condições de certificação da sala cofre se nela vierem a ser instalados;



- 4.7 As instalações de cabeamento de dados deverão atender às normas TIA/EIA 568 e 569 aplicáveis;
- 4.8 As instalações elétricas deverão atender às normas NBR aplicáveis. As interfaces elétricas deverão ser compatíveis com os padrões de tomadas elétricas presente nas instalações do Contratante. Eventuais adaptações em plugs ou cabos dos equipamentos, bem como em tomadas existentes nos locais de instalação, e todos os materiais necessários, serão de responsabilidade da Contratada, sem ônus adicionais para o Contratante;
- 4.9 Após a instalação dos equipamentos, alimentação elétrica e conexões com a rede de dados, não poderá haver cabos sem proteção mecânica, soltos, por cima do piso elevado ou que obstruam a frente ou a visibilidade dos equipamentos instalados;
- 4.10 Cabos ou outros dispositivos não deverão ser instalados de maneira a obstruir a ventilação de ar refrigerado e exaustão de ar quente dos equipamentos;
- 4.11 O conjunto físico deverá apresentar uma correta disposição de seus componentes, segurança física e estabilidade estrutural, devendo permitir um fácil acesso a todos os equipamentos e dispositivos instalados;
- 4.12 Qualquer dano causado aos CPDs, aos equipamentos nele existentes, ou às instalações do Contratante durante o transporte, a montagem e a instalação dos equipamentos e de quaisquer componentes necessários à sua instalação, deverá ser reparado pela Contratada, sem ônus adicionais para o Contratante;
- 4.13 Todos os softwares deverão ser instalados nos seus respectivos recursos de hardware e configurados para ativação de suas licenças e funcionalidades;
- 4.14 Ao final do serviço de instalação, os switches deverão estar com todas as funcionalidades e recursos de hardware e software solicitados disponíveis, configurados e integrados ao ambiente computacional do Contratante. Os sistemas de gerenciamento deverão estar ativos e em pleno funcionamento, levando em consideração todas as características solicitadas;
- 4.15 Os serviços de instalação compreendem:
- 4.15.1 A montagem de todos os componentes que integram a solução e a instalação dos equipamentos nos racks padrão 19" do Contratante em posição por ele indicada;
- 4.15.2 A energização dos equipamentos com a devida fixação e arrumação dos cabos de força;
- 4.15.3 A realização dos ajustes de hardware e software necessários ao funcionamento integrado da solução entre todos os componentes fornecidos;
- 4.15.4 Todas as atualizações de firmware ou qualquer outro software componente da solução, para a versão mais atualizada disponível ou a última compatível com os equipamentos e softwares de gerência do Contratante;
- 4.15.5 Habilitação de todas as licenças adquiridas, dos recursos e das funcionalidades dos equipamentos;
- 4.15.6** A conexão da(s) interface(s) de gerência dos switches à rede Ethernet do Contratante; utilizando os switches e cabos designados pela equipe técnica do Contratante.

## **5 DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA**

- 5.1 O prazo de entrega dos produtos será de, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato ;
- 5.2 O prazo para início da realização dos serviços de instalação será de até **10 (dez) dias corridos**, após a entrega dos equipamentos, sendo necessário agendamento prévio. Este prazo, poderá ser estendido em função de eventual necessidade da Contratante;



- 5.3 O calendário de treinamento, com abrangência mínima de seis meses, deverá ser fornecido no prazo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;
- 5.4 A Contratada deverá apresentar em até 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, documento(s) que comprove(m) a certificação e/ou autorização, pelo fabricante do switch, do profissional que ministrará o curso;
- 5.5 A ementa do curso, a carga horária, o conteúdo programático da capacitação e os materiais didáticos deverão ser entregues à Contratante em até **30 (trinta) dias**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, para avaliação prévia e aprovação;
- 5.6 O transporte dos equipamentos até o local especificado pelo CONTRATANTE deverá ser realizado pela empresa CONTRATADA (inclusive os procedimentos de seguro, embalagem e transporte até o local especificado);
- 5.7 A verificação quanto ao estado dos equipamentos e acessórios após o transporte será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, sendo que, quaisquer danos ocorridos no transporte dos mesmos e observados a qualquer tempo, deverão ser reparados pela CONTRATADA, sem qualquer solidariedade por parte do CONTRATANTE;
- 5.8 Os equipamentos deverão ser novos, sem uso e estar na linha de produção do fabricante no momento da apresentação das propostas. Não serão aceitos equipamentos usados, remanufaturados ou de demonstração. Os equipamentos deverão ser entregues nas caixas lacradas pelo fabricante, não sendo aceitos equipamentos com caixas violadas. O CONTRATANTE poderá efetuar consulta do número de série do equipamento junto ao fabricante, informando data de compra e empresa adquirente, confirmando a procedência legal dos equipamentos;
- 5.9 Os equipamentos deverão estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos equipamentos descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante;
- 5.10 Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes, os quais poderão estar em meio eletrônico;
- 5.11 Caso não sejam fabricados no Brasil, os equipamentos deverão ser importados legalmente, assegurando a prestação de garantia e suporte original do fabricante conforme estipulado adiante, não sendo aceitos equipamentos contrabandeados ou importados sem o reconhecimento da garantia no Brasil por parte do fabricante;

## **6 DA REUNIÃO DE ALINHAMENTO COM A CONTRATADA**

- 6.1 Deverá ser realizada uma reunião de alinhamento com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas neste instrumento, e esclarecer possíveis dúvidas acerca do objeto contratado;
- 6.2 Deverão participar dessa reunião, pelo menos, o Gestor do Contrato o representante legal da CONTRATADA, o fiscal técnico do contrato e demais intervenientes;
- 6.3 A reunião realizar-se-á nas instalações do TRF2 ou SJES em até 5 (cinco) dias úteis após assinatura do Contrato, conforme horário a ser agendado com o CONTRATANTE.

## **7 DO LOCAL DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**



- 7.1 A Contratada deverá entrar em contato prévio com o Contratante, através de e-mail, para que este defina e formalize o horário de entrega dos equipamentos e softwares.
- 7.2 A entrega deverá ser comunicada ao Gestor do Contrato e toda a equipe de fiscalização do contrato por e-mail com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas. Nesta comunicação, deverá ser enviada a relação dos materiais a serem entregues, identificados pelos respectivos part-numbers e números de série, bem como cópia das notas fiscais de remessa que acompanharão as mercadorias durante o transporte.
- 7.3 Deverão ser entregues juntamente com os documentos fiscais, cópias impressas contendo a numeração de série dos equipamentos, part-numbers e suas respectivas descrições.
- 7.4 Os equipamentos e licenças contratados pelo TRF2 deverão ser entregues diretamente na Rua Acre, nº 80 / 10º andar – sala 1003B – Rio de Janeiro – RJ, mediante devolução do canhoto(s) do(s) referido(s) Documento(s) Fiscal(is) com data e assinatura de pessoa responsável pela respectiva Seção.
- 7.5 Os serviços de instalação e suporte da contratação do TRF2 deverão ser realizados na sala cofre do TRF/2ª Região (Rua Acre, nº 80 / 11º andar – sala 1003B – Rio de Janeiro – RJ).
- 7.6 Os equipamentos e licenças contratados pela SJES deverão ser entregues diretamente na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1.877 – Monte Belo, Vitória – ES, mediante devolução do canhoto(s) do(s) referido(s) Documento(s) Fiscal(is) com data e assinatura de pessoa responsável pela respectiva Seção. Com prévio agendamento pelo telefone (27) 3183-5026 ou pelo e-mail seope@jfes.jus.br, das 13:00 às 18:00, de 2ª a 6ª feira.
- 7.7 Os serviços de instalação e suporte da contratação da SJES deverão ser realizados na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1.877 – Monte Belo, Vitória – ES. Com prévio agendamento pelo telefone (27) 3183-5026 ou pelo e-mail seope@jfes.jus.br, das 13:00 às 18:00, de 2ª a 6ª feira.
- 7.8 A Contratada será responsável pela entrega das mercadorias nas áreas indicadas pelo Contratante, devendo prover a equipe, as ferramentas e os equipamentos necessários para realizar o transporte. Volumes pequenos deverão estar agrupados em paletes de madeira e envolvidos por filme plástico. A Contratada deverá providenciar a proteção adequada para o todos os pisos das instalações do Contratante por onde haverá movimentação dos componentes físicos.
- 7.9 Qualquer dano causado às instalações da Contratante ou aos equipamentos nela existentes, durante o transporte e a entrega dos equipamentos e de quaisquer componentes necessários à sua instalação, deverá ser reparado pela Contratada.
- 7.10 Caso o Contratante identifique, no momento da entrega, que a Contratada não observou qualquer exigência contratual, os equipamentos e softwares não serão recebidos. Neste caso, a Contratada deverá corrigir as falhas apontadas pelo Contratante e reagendar o serviço de entrega, sem que isto venha a justificar qualquer dilação nos prazos, aumento dos custos previstos e alteração dos compromissos assumidos junto ao Contratante.
- 7.11 A entrega será concluída mediante devolução do canhoto(s) do(s) referido(s) Documento(s) Fiscal(is) com data e assinatura do Gestor do contrato, qualquer membro da equipe de fiscalização do contrato ou de algum supervisor da Contratante lotado na sala 1003B.



- 8.1 O prazo de garantia dos equipamentos, fornecido pelo fabricante, abrangendo todos os hardwares e seus softwares, será de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses on-site, contados a partir das datas de emissão dos Termos de Recebimento Definitivo dos equipamentos pelo Contratante.
- 8.2 A Contratada deverá fornecer pelo menos um número telefônico (ligação local ou 0800) para abertura de chamados, com atendimento em português do Brasil, no período de 24x7 (vinte quatro horas por dia x sete dias por semana). No momento da abertura do chamado, a Contratada deverá fornecer um número de protocolo para acompanhamento do andamento do chamado.
- 8.3 Condições de Atendimento:
- 8.3.1 A Contratada deverá dar atendimento de manutenção total (com cobertura total de peças e/ou substituição de equipamento por outro novo, sem ônus para o Contratante) durante o período de Garantia mínimo de 36 (trinta e seis) meses, nas instalações do Contratante (on-site).
- 8.3.2 Suporte de hardware 24x7, com tempo de resposta de até 02 (duas) horas após a abertura do chamado e tempo máximo de solução de até 6 (seis) horas a contar da abertura do chamado.
- 8.3.3 Identificada à necessidade de substituição provisória do equipamento, ou parte, por outro em perfeitas condições de uso e com a mesma configuração, a Contratada deverá fazer a substituição no prazo descrito no item anterior, dispondo, então, de até 30 (trinta) dias corridos para devolver o equipamento substituído devidamente reparado sem ônus para o Contratante.
- 8.3.4 Durante todo o período de garantia contratual, os serviços serão prestados por técnicos devidamente habilitados e credenciados pela Contratada.
- 8.3.5 Caso os serviços de assistência técnica da garantia não possam ser executados nas dependências do Contratante, a(s) peça(s) ou componente(s) avariado(s) poderá(ão) ser removido(s) para o Centro de Atendimento da Contratada, mediante justificativa por escrito relacionando o(s) problema(s) técnico(s) apresentado(s), que será analisado pelo setor competente do Contratante e que em caso de autorização, emitirá autorização expressa de saída do(s) equipamento(s), desde que o(s) equipamento(s) avariado(s) seja(m) substituído(s) por outro(s) equivalente(s) ou de superior configuração, durante o período de reparo.
- 8.3.6 Toda e qualquer substituição de peças e componentes deverá ser acompanhada por funcionário designado pelo Contratante, que autorizará a substituição das peças e componentes, os quais deverão ser sempre novos e originais.
- 8.3.7 A Contratada se compromete a não impedir ou criar empecilhos à conexão de seus equipamentos a softwares e/ou hardwares de outros fornecedores, desde que tal iniciativa não implique danos físicos aos equipamentos. A efetivação de tal medida não desobrigará a Contratada da prestação de assistência técnica, da manutenção e demais compromissos previstos em Edital e/ou em sua Proposta Comercial.
- 8.3.8 Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade pelo deslocamento dos técnicos às instalações do Contratante, pela retirada e entrega dos equipamentos, assim como pelas despesas de transportes, fretes e seguros correspondentes.
- 8.3.9 Todas as partes, peças e componentes constituintes do objeto contratado deverão estar totalmente cobertos pela garantia durante toda a sua vigência, incluindo serviços, substituições, reposições, trocas e ajustes.
- 8.3.10 A Contratada, caso terceirize os serviços de atendimento técnico aos equipamentos durante o período de garantia, deverá informar qual(is) empresa(s) será(ão) responsável(is) pelos atendimentos aos chamados técnicos do Contratante,



informando os dados da(s) empresa(s) (nome da empresa, pessoa responsável, endereço, telefone, fax e e-mail), manifestando claramente através de carta, o credenciamento da(s) referida(s) empresa(s), ou quando for o caso, da substituição(ões) da(s) mesma(s).

- 8.3.11 A Contratada aceitará que o Contratante remaneje o(s) equipamento(s) adquirido(s) para qualquer outra instalação do Contratante, sem que tal fato decorra a perda ou prejuízo da garantia.
  - 8.3.12 O CONTRATANTE poderá solicitar o escalonamento de chamados ao fabricante do equipamento quando se tratarem de correções especiais, defeitos nos programas ou defeito em hardware.
  - 8.3.13 Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá, sem ônus adicional para o CONTRATANTE, fornecer as atualizações e correções ("patches") do software e firmware dos equipamentos fornecidos.
  - 8.3.14 Ao menos durante o período de garantia, deverá ser disponibilizado à equipe técnica do CONTRATANTE o acesso à base de conhecimento do produto ofertado, via website de suporte do fabricante, visando obter informações bem como tirar dúvidas sobre o sistema fornecido.
  - 8.3.15 A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE eventual alteração do número telefônico, site ou e-mail para abertura de chamados.
  - 8.3.16 A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema.
  - 8.3.17 Caberá aos técnicos da CONTRATADA, do fabricante ou da empresa autorizada identificar os componentes, peças e materiais responsáveis pelo mau funcionamento do sistema.
  - 8.3.18 Quaisquer peças, componentes ou outros materiais que substituírem os defeituosos deverão ser originais do fabricante e de qualidade e características técnicas iguais ou superiores aos existentes no equipamento, sem ônus para a CONTRATANTE.
  - 8.3.19 A CONTRATADA não poderá cobrar valores adicionais, tais como custos de deslocamento, alimentação, frete, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional.
  - 8.3.20 O fornecedor deverá providenciar o deslocamento do equipamento, quando necessário, bem como seu retorno ao local de origem, sendo considerado, para todos os efeitos, durante este período, como fiel depositário do mesmo.
- 8.4 O não atendimento às condições de garantia especificadas neste Edital sujeitará a Contratada às penalidades previstas neste Edital e na Lei 8.666/93.

<b>9 DA FORMA DE ACOMPANHAMENTO DO ATENDIMENTO AOS PRAZOS DE GARANTIA OU AOS NÍVEIS DE SERVIÇOS EXIGIDOS</b>
--

- 9.1 Os atendimentos serão acompanhados durante toda a vigência da garantia por meio das Ordens de Serviço demandadas pelo Contratante à Contratada.
- 9.2 Os níveis de serviço serão verificados através dos horários de abertura de chamado, de tempo de atendimento e de tempo de solução registrados pelo Contratante, em meios próprios, e pela Contratada nas ordens de serviço.
- 9.3 A Contratada deverá aceitar obrigatoriamente abertura de Ordens de Serviço por telefone e, opcionalmente, por e-mail ou sms.
- 9.4 A Contratada deverá fornecer no momento da abertura um número de identificação único para cada Ordem de Serviço.



- 9.5 Os prazos de atendimento definidos neste Termo de Referência terão início a partir do registro da solicitação por telefone, do envio do e-mail ou do sms.
- 9.6 Todos os atendimentos prestados pela Contratada nas dependências do Contratante deverão ser seguidos do fornecimento imediato do relatório de atendimento, em formulário padronizado, onde deverá constar as seguintes informações:
- 9.6.1 Impressão do nome da Contratada;
  - 9.6.2 Impressão do título "Relatório de Atendimento" ou "Ordem de Serviço" ou equivalente;
  - 9.6.3 Número da Ordem de Serviço que motivou o atendimento;
  - 9.6.4 Data e horário do início e do fim do atendimento;
  - 9.6.5 Descrição do erro ou falha relatada ou detectada;
  - 9.6.6 Correção aplicada ou tentativa implementada;
  - 9.6.7 Número de série da peça, parte ou componente retirado e da peça, parte ou componente colocado, nos casos de substituição de peças, partes ou componentes;
  - 9.6.8 Nome e assinatura do técnico que prestou o atendimento;
- 9.7 Todos os atendimentos prestados pela Contratada remotamente deverão ser seguidos do envio imediato, por e-mail, do relatório de atendimento, onde deverá constar as seguintes informações:
- 9.7.1 Número da Ordem de Serviço que motivou o atendimento;
  - 9.7.2 Data e horário do início e do fim do atendimento;
  - 9.7.3 Descrição do erro ou falha relatada ou detectada;
  - 9.7.4 Correção aplicada ou tentativa implementada;
  - 9.7.5 Nome do técnico que prestou o atendimento;

## 10 DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

10.1 A tabela abaixo sintetiza as etapas de execução desta contratação.

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Assinatura do Contrato	-
02	Reunião de alinhamento com a Contratada	No máximo, 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.
03	Entrega dos switches	No máximo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.
04	Emissão do Termo de Recebimento Provisório dos Switches	Imediatamente depois de efetuada a entrega dos Switches.
05	Execução dos serviços de instalação dos Switches	No máximo, 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de entrega dos Switches, ou de acordo com o estabelecido pela Contratante.
06	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Hardware	Até 10 (dez) dias úteis, após concluídos os serviços de instalação do Hardware.
07	Vigência da Garantia	A partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo de Hardware.
08	Serviços de Suporte	Disponíveis para solicitação a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Hardware, até o prazo máximo de 01 (hum) ano.
09	Emissão do Termo de Recebimento Provisório dos Serviços de Suporte	Imediatamente depois de concluídos os Serviços de Suporte.
10	Emissão do Termo de Recebimento	Até dez (dias) úteis depois de concluídos os



	Definitivo dos Serviços de Suporte	Serviços de Suporte.
11	Entrega do calendário de treinamento, com abrangência mínima de seis meses.	No prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;
12	Entrega de documento que comprove que o treinamento será certificado pelo fabricante do switch ou, caso o treinamento seja ministrado pela própria contratada, documentos que comprovem a certificação do profissional que ministrará o curso bem como declaração de que a empresa está autorizada pelo fabricante a prestar a capacitação;	Até 30 (trinta) dias corridos contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato
13	Treinamento	Possível de ser iniciado a partir da entrega das documentações requeridas e relacionadas no referido item de treinamento, até o prazo máximo de 01 (hum) ano, contados da assinatura do Contrato.
14	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo do treinamento	Imediatamente depois do treinamento ter sido concluído pela Contratada e aprovado pela Contratante.
15	Pagamento das Notas Fiscais	Até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto no documento fiscal.

**11 DOS PAPÉIS A SEREM DESEMPENHADOS PELOS PRINCIPAIS ATORES DO ÓRGÃO E DA EMPRESA ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO**

- 11.1 Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato;
- 11.2 Fiscal Demandante do Contrato: servidor representante da Área Demandante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução;
- 11.3 Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
- 11.4 Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais;
- 11.5 Preposto: funcionário representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.



**12 DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S), OU FORNECIMENTO DE BEM (NS)**

- 12.1 O instrumento formal de solicitação de serviço se dará por intermédio de emissão de ordem de serviço, conforme artefato ANEXO - Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens.

**13 DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

- 13.1 Sempre que exigir-se, a comunicação entre o representante da CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, as comunicações por correio eletrônico.

**14 DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO**

- 14.1 Haverá transferência de conhecimento através dos serviços a serem contratados envolvendo suporte, consultoria e treinamento.

**15 DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E AUTORAIS DOS PRODUTOS GERADOS POR OCASIÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 15.1 A presente contratação não gera direitos de propriedade intelectual e autorias.

**16 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS**

- 16.1 A CONTRATADA deverá utilizar na prestação dos serviços, profissionais qualificados e com certificação técnica emitida pelo fabricante dos equipamentos ofertados, capaz de prestar suporte de primeiro nível no ambiente e capaz de escalar os chamados ao fabricante, quando necessário.

**17 PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL**

- 17.1 O prazo de vigência do presente Contrato inicia-se no 1º dia útil subsequente a data de sua assinatura e estende-se até o final das garantias de cada equipamento fornecido.

**18 DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES**

- 18.1 A Contratada deverá observar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente da Contratante;
- 18.2 São vedadas a divulgação, a reprodução ou a utilização de quaisquer informações, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas;
- 18.3 São vedadas a cópia, reprodução, divulgação ou a utilização de quaisquer conteúdos de manuais, documentações ou processos administrativos e judiciais, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas;
- 18.4 É dever da Contratada não divulgar qualquer informação a que tenha acesso em razão da execução dos serviços;
- 18.5 É dever da Contratada não utilizar recursos ou serviços da Contratante para fins alheios ao objeto da contratação;
- 18.6 A Contratada deve ter ciência de que seus acessos realizados ou dados transmitidos podem ser auditados;



- 18.7 É responsabilidade da Contratada garantir o cumprimento de todos os itens referentes à garantia do sigilo das informações constantes neste edital junto aos seus funcionários e prestadores de serviços por ela contratados.

<b>19 CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DO CONTRATO</b>
---

- 19.1 A CONTRATADA deverá indicar funcionário de seu quadro para atuar como Preposto junto à CONTRATANTE, fornecendo o nome completo, números de telefones, email e endereço para correspondência, sendo também responsável por manter atualizadas as informações fornecidas junto à CONTRATANTE. O preposto da CONTRATADA é o contato oficial para quaisquer questões pertinentes a prestação de serviços vislumbrados neste Termo de Referência.

**ANEXO II**  
**MODELO DE SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 127/2017**

Proc. TRF2-EOF-2017/00252

**SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº: \_\_\_\_\_/2017.**

**FORNECEDOR: \_\_\_\_\_**

**1 - OBJETO** - Constitui objeto do presente processo licitatório o registro de preços para futura e eventual aquisição de switches, licenças e suporte para ampliação da infraestrutura da rede SAN (Storage Area Network) que atende ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES) com garantia e assistência técnica no local ("on-site") pelo prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses. - Anexo I deste edital, do Pregão Eletrônico SRP nº 127-17.

Item	Especificação Objeto	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
			Total Geral	

**2 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

2.1. A entrega deverá ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

2.2 - O prazo para início da realização dos serviços de instalação será de até 10 (dez) dias corridos, após a entrega dos equipamentos, sendo necessário agendamento prévio. Este prazo, poderá ser estendido em função de eventual necessidade da Contratante;

2.3 - O calendário de treinamento, com abrangência mínima de seis meses, deverá ser fornecido no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

2.4 - Os produtos deverão ser entregues nos seguintes endereços, conforme a Solicitação de Fornecimento.

2.4.1 - **TRF 2ª Região**, R CNPJ: 32.243.347/0001-51 - Rua do Acre, nº 80 Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20081-000 - Site: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br).

2.4.2 - **SJES - Seção Judiciária do Espírito Santo** - CNPJ: 05.424.467/0001-82 - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877 - Bairro: Monte Belo - CEP: 29.053-245 – Vitória – ES - Site: [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br).

**3 - PREÇO**

3.1. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região pagará à CONTRATADA o valor total de R\$..... (.....), conforme Ata de Registro de Preços.

3.2. Estão incluídos no preço proposto a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento/serviços.

Rio de Janeiro, ..... /..... /.....

\_\_\_\_\_  
(Nome e cargo do Servidor - Setor Requisitante)



**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO**  
**(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 127-17**

Proc. nº TRF2-EOF2017/00252

\_\_\_\_\_, **DECLARO**, em face do disposto na Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que:

( ) Não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

( ) Tenho parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

\*CC= ocupante de cargo em comissão

\*MPJ= Membro do Poder Público

Observação: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)